



**SEMOB**

*Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos*

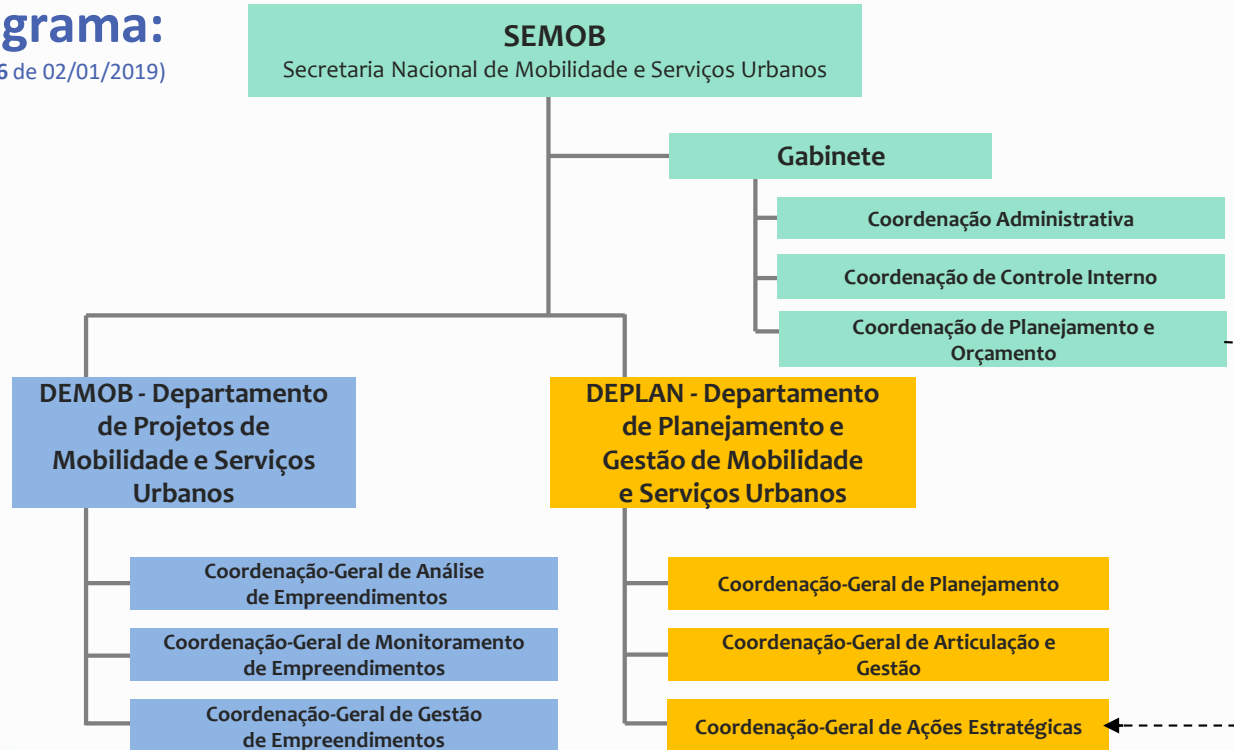
Atribuições: Decreto Nº 9.666 de 02/01/2019:

### Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos

- I - fomentar a **implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana**;
- II - formular as **políticas, programas e ações** relacionados ao acesso aos serviços e à infraestrutura de mobilidade urbana;
- III - promover **ações de cooperação** técnica, em âmbito nacional e internacional;
- IV - propor e implementar **ações de capacitação** técnica de agentes públicos, de agentes sociais, de profissionais e de instituições que atuam no setor;
- V - promover o **aperfeiçoamento institucional**, a **regulação dos serviços de transporte coletivo** e a **integração das políticas setoriais** de mobilidade e trânsito nas aglomerações urbanas;
- VI - promover **estudos e pesquisas** na área da mobilidade e serviços urbanos sustentáveis;
- VII - propor **mecanismos para o financiamento de infraestrutura** de transporte coletivo, mobilidade e serviços urbanos; e
- VIII - fomentar o **desenvolvimento tecnológico e científico** do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.

## Organograma:

(Decreto Nº 9.666 de 02/01/2019)



**Força de Trabalho**  
51 Cargos/Servidores  
27 Terceirizados  
03 Estagiários

## Lei da Mobilidade Urbana

**LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012**

**Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana**

A **Política Nacional de Mobilidade Urbana** é instrumento da política de desenvolvimento urbano de que tratam o inciso XX do art. 21 e o art. 182 da Constituição Federal, **objetivando a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do Município.**

A **Política Nacional de Mobilidade Urbana** tem por **objetivo** contribuir para o **acesso universal** à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a **efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política** de desenvolvimento urbano, por meio do **planejamento e da gestão democrática** do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.

- **Planos Municipais de Mobilidade: na vigência da MP nº 906/19, as seguintes alterações foram introduzidas na Lei nº 12.587/12:**
  - Municípios obrigados à elaboração do plano passaram a ser: “Municípios com mais de vinte mil habitantes e em todos aqueles que integrem regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento econômico e aglomerações urbanas com população total superior a um milhão de habitantes”;
  - O prazo para elaboração e aprovação do Plano de Mobilidade Urbana foi ampliado para 12 de abril de 2021;
  - Foi incluído dispositivo que determina que os municípios informem o MDR da aprovação do Plano;
  - Foi delimitada a penalidade de recebimento de recursos do OGU ao orçamento sob gestão da Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional;
  - Os instrumentos de repasse já celebrados não são atingidos pela penalidade.

### **Para viabilizar a elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana:**

- Disponibilização de sistema informatizado para auxiliar os municípios com população abaixo de 100 mil habitantes
- Linha de crédito Programa Avançar para os municípios com população acima de 100 mil habitantes

## Programa 2219 - Mobilidade Urbana



15UE - Planos de mobilidade urbana locais



2D49 - Desenvolvimento institucional no setor da mobilidade urbana



10ST - Transporte não motorizado



2D47 - Moderação de Tráfego



10SS - Sistemas de transporte público coletivo urbano



10SR - Estudos e projetos relativos à mobilidade urbana

## Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano



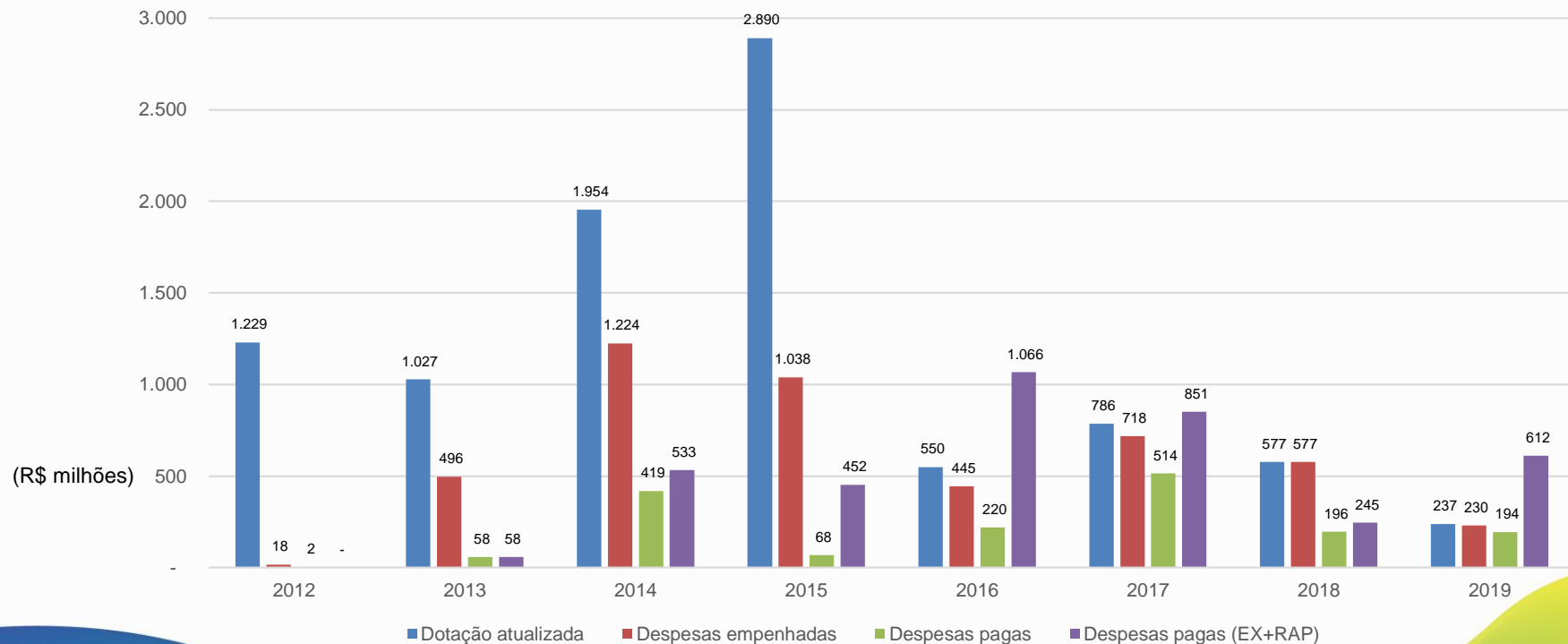
1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

# Evolução – Sistemas de Transporte Público Coletivo

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



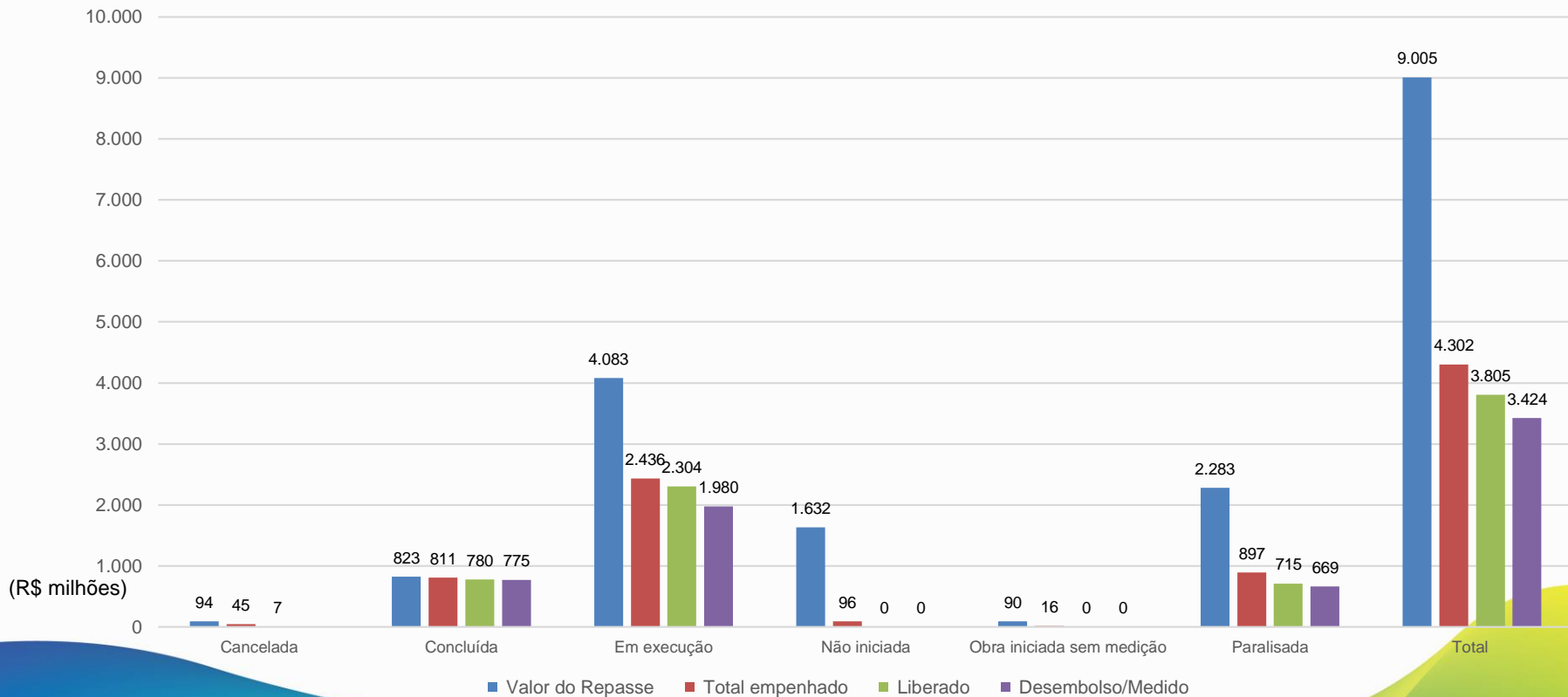
## Ação 10SS (OGU Ex-PAC)



# Situação Empreendimentos

Ação 10SS (OGU Ex-PAC)

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL





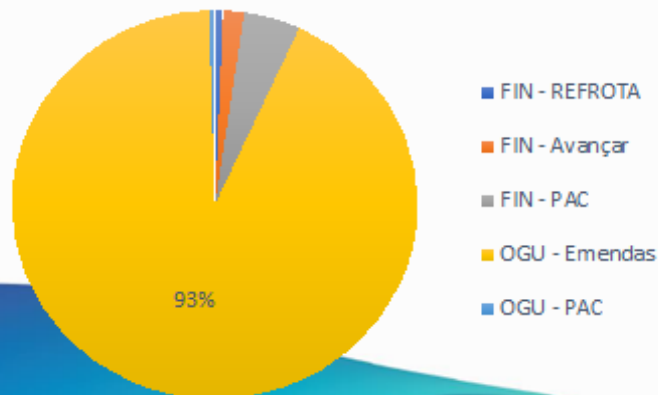
# Carteira de Empreendimentos

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

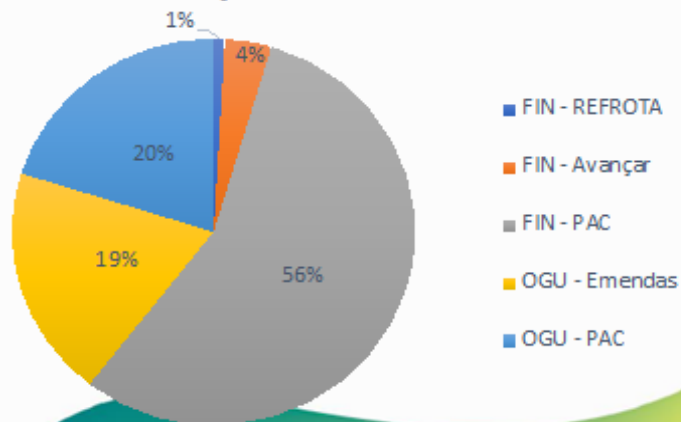


Fonte	Quant.	Valor (R\$ x milhões)
<b>FIN</b>	<b>1.019</b>	<b>28.717,74</b>
REFROTA	97	424,76
Avançar	250	1.781,29
PAC	672	26.511,69
<b>OGU</b>	<b>13.894</b>	<b>18.728,10</b>
Emendas	13.826	9.182,81
PAC	68	9.545,29
<b>Total Geral</b>	<b>14.913</b>	<b>47.446</b>

Quantidade de Empreendimentos



Distribuição recursos



# Previsão de Recursos OGU

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



	AÇÃO	2020	2021	2022	2023	TOTAL (2020-2023)
	10SS	456.306.391,00	286.528.786,00	289.896.617,00	244.953.133,00	1.277.684.927,00
	2D49	5.570.016,00	8.000.000,00	7.000.000,00	2.072.401,00	22.642.417,00
	10SR	9.855.024,00	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	24.855.024,00
	15UE	928.337,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	3.928.337,00
	10ST	2.878.337,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	5.878.337,00
	2D47	928.337,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	3.928.337,00
	TOTAL	476.466.442,00	302.528.786,00	304.896.617,00	255.025.534,00	1.338.917.379,00
	1D73	2.212.303.522,00	Emendas e Extra-orçamentário			

# FEP – FUNDO DE ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



## Lei nº 13.334/2016

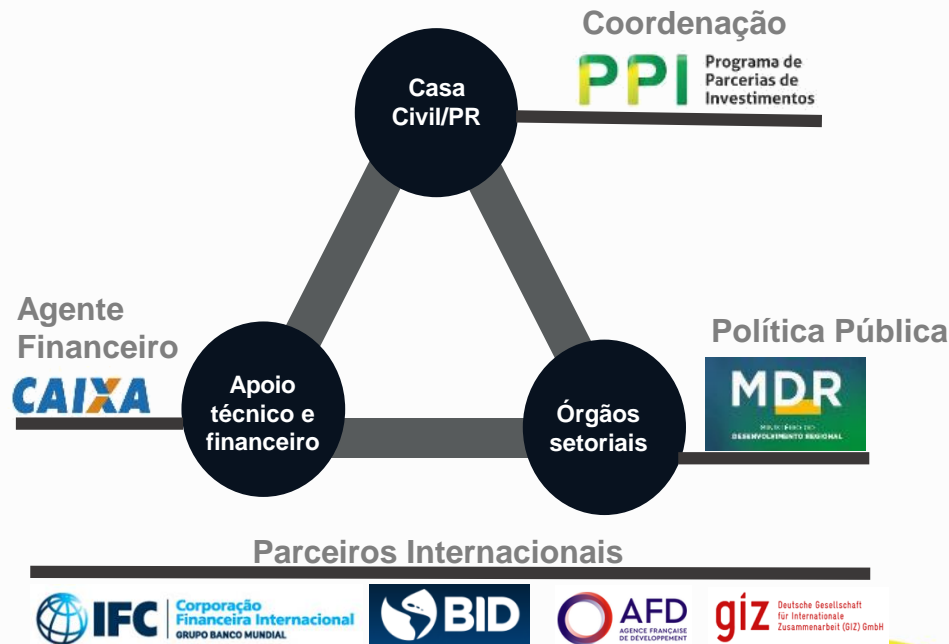
- Cria o Programa de Parcerias e Investimentos – PPI, destinado à ampliação e fortalecimento da interação entre Estado e a iniciativa privada.
- Composição do Conselho do PPI:
  - ✓ Presidente da República e ministros da Casa Civil, Segov, ME, MInfra, MME, MMA e MDR;
  - ✓ Presidentes do BNDES, BB e CEF
  - ✓ Secretaria-Especial do PPI como Secretaria Executiva

## Lei nº 13.529/2017

- Fundo privado, sob regime de cotas.
- Finalidade: financiar serviços técnicos de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de Concessão/PPP de todos os entes
- Autoriza União a participar de fundo até o limite de R\$ 180 milhões

## Decreto nº 9.217/2017

- CAIXA como administradora
- Composição Conselho do FEP: SEGOV (Coordenador), Casa Civil. SPPI como Secretaria-executiva.



## Eixos de Apoio

- Assistência Técnica e Financeira – FEP;
- Regulação;
- Padronização de Documentos;
- Capacitação Técnica;
- Simplificação Legislativa;
- Financiamento; e
- Garantias Públicas.

## Atuação do MDR no âmbito do FEP

- Apoio aos municípios e integração com as políticas do MDR;
- Diálogo com órgãos de controle e instituições responsáveis pela regulação do setor;
- Busca de parcerias para capacitação e pesquisas;



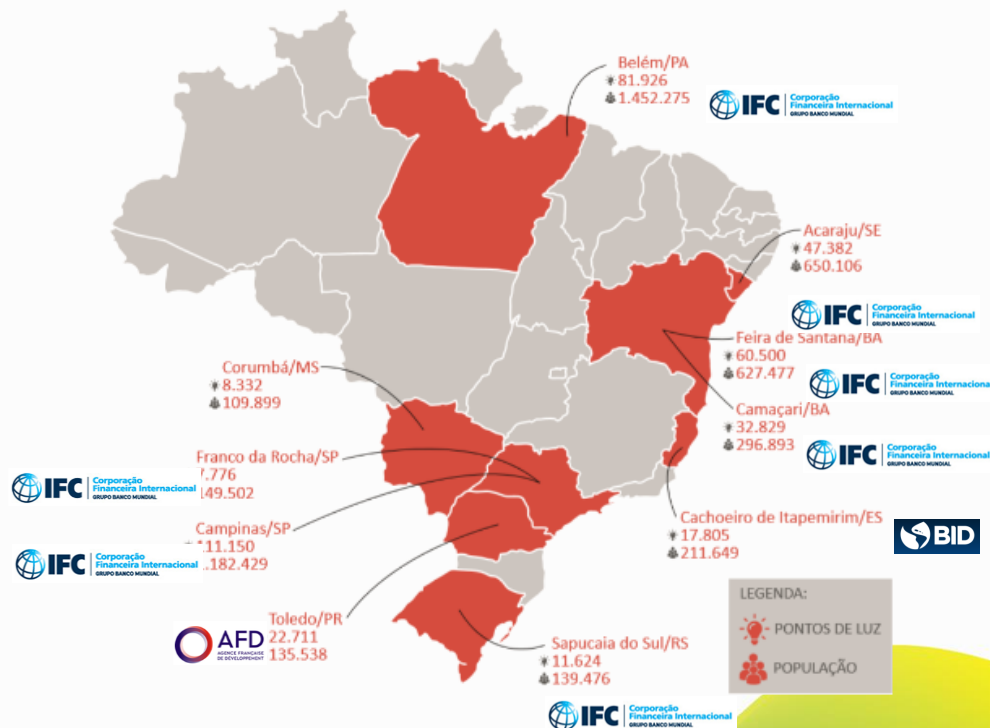
# Projetos FEP – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Projetos FEP-IP

- [Edital de Chamada Pública nº 01/2018](#)
- [Resultados](#): 65 propostas, 47 habilitadas.
- Atualmente estão contratados 10 projetos.
  - ✓ População beneficiada: Cerca de 5 milhões
  - ✓ Valor dos projetos: R\$ 28,3 milhões
  - ✓ Investimentos estimados: R\$ 560 milhões
  - ✓ Período estimado da PPP: 10 a 15 anos



# Projetos FEP – Resíduos Sólidos Urbanos - RSU

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Projetos FEP – RSU

## Projetos FEP – RSU

- Projetos Pilotos com diferentes modelos com possibilidade de replicação em todo país.
- Atualmente estão sendo estruturados 05 projetos.
  - ✓ População beneficiada: Cerca de 2,3 milhões
  - ✓ Investimentos estimados: R\$ 400 milhões
  - ✓ Período estimado da PPP: 25 a 35 anos



## Projetos de Mobilidade Urbana em avaliação para Concessões e PPPs

- CBTU – desestatização, qualificação no PPI, estudos contratados com BNDES
- Trensurb – desestatização, qualificação no PPI, estudos contratados com BNDES
- VLT Cuiabá – GT MDR e Governo MT – pré-viabilidade técnica e econômica
- VLT Brasília – Valparaíso – GT MDR – pré-viabilidade técnica e econômica
- Linha 3 do Metrô RJ
- Transporte Hidroviário Municipal de Passageiros de Porto Alegre